

ISSN 1806-6445

v. 11 • n. 20 • jun./dez. 2014

sur
v

20

EDIÇÃO COMEMORATIVA
DIREITOS HUMANOS EM MOVIMENTO



CONECTAS
DIREITOS HUMANOS

CONSELHO EDITORIAL

Christof Heyns Universidade de Pretoria (África do Sul)
Emilio García Méndez Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Fifi Benaboud Centro Norte-Sul do Conselho da União Européia (Portugal)

Fiona Macaulay Universidade de Bradford (Reino Unido)
Flavia Piovesan Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
J. Paul Martin Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Kwame Karikari Universidade de Gana (Gana)
Mustapha Kamel Al-Sayyid Universidade do Cairo (Egito)
Roberto Garretón Ex-Funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Chile)
Upendra Baxi Universidade de Warwick (Reino Unido)

EDITORES

Pedro Paulo Poppovic
Oscar Vilhena Vieira

EDITORES EXECUTIVOS

Maria Brant – Editora Executiva
Thiago Amparo – Editor Convidado
Luz González – Editora Assistente

CONSELHO EXECUTIVO

Albertina de Oliveira Costa, Ana Cernov, Conrado Hubner Mendes,
Glenda Mezarobba, Juana Kweitel, Laura Waisbich, Lucia Nader,
Luz González, Manoela Miklos, Maria Brant, Thiago Amparo

EDIÇÃO

Luz González, Thiago Amparo, Tânia Rodrigues

REVISÃO DE TRADUÇÕES

ESPAANHOL

Carolina Fairstein, Celina Lagrutta, Erika Sanchez Saez,
Josefina Cicconetti, Laia Fargas Fursa

PORTUGUÊS

Caio Borges, Erika Sanchez Saez, Renato Barreto, Marcela Vieira

INGLÊS

Murphy McMahon, Oliver Hudson, The Bernard and Audre Rapoport
Center for Human Rights and Justice
(University of Texas, Austin), Tina Amado

PROJETO GRÁFICO

Oz Design

EDIÇÃO DE ARTE

Alex Furini

ARTE DA CAPA

Mariana Bernd

FOTOGRAFIA DA CAPA

Renato Stockler

CIRCULAÇÃO

Beatriz Kux

IMPRESSÃO

Yangraf Gráfica e Editora Ltda.

COMISSÃO EDITORIAL

Alejandro M. Garro Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Bernardo Sorj Universidade Federal do Rio de Janeiro / Centro Edelstein (Brasil)

Bertrand Badie Sciences-Po (França)

Cosmas Gitta PNUD (Estados Unidos)

Daniel Mato CONICET / Universidade Nacional Tres de Febrero (Argentina)

Daniela Ikawa Rede Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais/ Universidade de Columbia (Estados Unidos)

Ellen Chapnick Universidade de Columbia (Estados Unidos)

Ernesto Garzon Valdes Universidade de Mainz (Alemanha)

Fateh Azzam Fundo Árabe para os Direitos Humanos (Líbano)

Guy Haarscher Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica)

Jeremy Sarkin Universidade de Western Cape (África do Sul)

João Batista Costa Saraiva Juizado Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo/RS (Brasil)

José Reinaldo de Lima Lopes Universidade de São Paulo (Brasil)

Juan Amaya Castro Universidade de Amsterdam (Países Baixos)/ Universidade para a Paz (Costa Rica)

Lucia Dammert Consórcio Global para a Transformação da Segurança (Chile)

Luigi Ferrajoli Universidade de Roma (Itália)

Luiz Eduardo Wanderley Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)

Malak El-Chichini Poppovic Conectas Direitos Humanos (Brasil)

Maria Filomena Gregori Universidade de Campinas (Brasil)

Maria Hermínia Tavares Almeida Universidade de São Paulo (Brasil)

Miguel Cillero Universidade Diego Portales (Chile)

Mudar Kassib Universidade Birzeit (Palestina)

Paul Chevigny Universidade de Nova York (Estados Unidos)

Philip Alston Universidade de Nova York (Estados Unidos)

Roberto Cuéllar M. Instituto Interamericano de Direitos Humanos (Costa Rica)

Roger Raupp Rios Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Shepard Forman Universidade de Nova York (Estados Unidos)

Victor Abramovich Universidade de Buenos Aires (Argentina)

Victor Topanou Universidade Nacional do Benin (Benin)

Vinodh Jaichand Centro Irlandês de Direitos Humanos, Universidade Nacional da Irlanda (Irlanda)

SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos é uma revista semestral, publicada em inglês, português e espanhol pela Conectas Direitos Humanos. Está disponível na internet em <<http://conectas.org/pt/acoes/sur>>.

SUR está indexada nas seguintes bases de dados: IBSS (International Bibliography of the Social Sciences); ISN Zurich (International Relations and Security Network); DOAJ (Directory of Open Access Journals) e SSRN (Social Science Research Network). Além disso, Revista Sur está disponível nas seguintes bases comerciais: EBSCO e HEINonline, ProQuest e Scopus. SUR foi qualificada como A1 (Colômbia) e A2 (Qualis, Brasil).

SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo, 2004 - .

Semestral

ISSN 1806-6445

Edições em Inglês, Português e Espanhol.

1. Direitos Humanos 2. ONU I. Rede Universitária de Direitos Humanos

Direitos Humanos em Movimento

SUMÁRIO

LUCIA NADER, JUANA KWEITEL, & MARCOS FUCHS	7	Apresentação
PERFIL DE PEDRO PAULO POPPOVIC	11	“Não criamos a Revista Sur porque tínhamos certezas, mas porque estávamos cheios de dúvidas”
MALAK EL-CHICHINI POPPOVIC E OSCAR VILHENA VIEIRA	17	Perspectivas sobre o movimento internacional de direitos humanos no século XXI: As respostas mudam
LINGUAGEM		
SARA BURKE	27	O que uma época de protestos globais diz a respeito da eficácia dos direitos humanos como linguagem para alcançar mudanças sociais
VINODH JAICHAND	37	Após o estabelecimento de normas de direitos humanos, o que virá a seguir?
DAVID PETRASEK	47	Tendências globais e o futuro da defesa e promoção dos direitos humanos
SAMUEL MOYN	61	O futuro dos direitos humanos
STEPHEN HOPGOOD	71	Desafios para o Regime Global de Direitos Humanos: Os direitos humanos ainda são uma linguagem eficaz para a mudança social?
EMILIO ÁLVAREZ ICAZA	81	Os direitos humanos como meio eficaz para produzir mudanças sociais
ENTREVISTA COM RAQUEL ROLNIK	85	Sistema de Procedimentos Especiais da ONU é “controlado para não ter efeito”
ENTREVISTA COM PAULO SÉRGIO PINHEIRO	95	“Fora dos direitos humanos não vejo solução para atender às vítimas”
ENTREVISTA COM KUMI NAIDOO	101	“O Estado de Direito consolidou todas as injustiças que existiam antes dele”
TEMAS		
JANET LOVE	109	Estariamos despolitizando o poder econômico? A deliberada irresponsabilidade corporativa e a resposta burocrática dos defensores de direitos humanos
PHIL BLOOMER	119	Os direitos humanos são uma ferramenta eficaz para a mudança social?: Uma perspectiva sobre direitos humanos e empresas
GONZALO BERRÓN	127	Poder econômico, democracia e direitos humanos. Um novo debate internacional sobre direitos humanos e empresas
DIEGO LORENTE PÉREZ DE EULATE	137	Problemas e desafios das organizações e redes de migrações e direitos humanos na Mesoamérica
GLORIA CAREAGA PÉREZ	147	A proteção dos direitos LGBTI, um panorama incerto

ARVIND NARRAIN **155** Brasil, Índia, África do Sul: Constituições transformadoras e seu papel nas lutas LGBT

SONIA CORRÊA **171** Potências emergentes: Seria a sexualidade e os direitos humanos um assunto secundário?

CLARA SANDOVAL **185** Justiça de transição e mudança social

PERSPECTIVAS

NICOLE FRITZ **197** Litígio em direitos humanos na África Austral: Dificuldades em rebater opinião pública prevalecente

MANDIRA SHARMA **205** Pondo as leis em funcionamento: Experiências do *Advocacy Forum* na prevenção da tortura no Nepal

MARIA LÚCIA DA SILVEIRA **219** Direitos humanos e mudanças sociais em Angola

SALVADOR NKAMATE **225** A luta pela afirmação dos direitos humanos em Moçambique: Os avanços e os retrocessos

HARIS AZHAR **233** A luta pelos direitos humanos na Indonésia: Avanços internacionais, impasses internos

HAN DONGFANG **243** Vislumbrando um futuro democrático na China

ANA VALÉRIA ARAÚJO **253** Desafios de sustentabilidade da agenda de direitos humanos no Brasil

MAGGIE BEIRNE **263** Estaríamos jogando fora o bebê com a água do banho? A dinâmica Norte-Sul na perspectiva do trabalho em direitos humanos na Irlanda do Norte

ENTREVISTA COM MARÍA-I. FAGUAGA IGLESIAS **271** "As particularidades de Cuba nem sempre são identificadas ou compreendidas pelos ativistas de direitos humanos de outros países"

VOZES

FATEH AZZAM **279** Por que devemos ter que "representar" alguém?

MARIO MELO **289** Vozes da selva no estrado da Corte Interamericana de Direitos Humanos

ADRIAN GURZA LAVALLE **299** ONGs, direitos humanos e representação

JUANA KWEITEL **311** Experimentação e inovação em matéria de prestação de contas nas organizações de direitos humanos da América Latina

PEDRO ABRAMOVAY E HELOISA GRIGGS **329** Minorias democráticas em democracias do século 21

JAMES RON, DAVID CROW E SHANNON GOLDEN **343** Familiaridade com direitos humanos e *status* socioeconômico: Um estudo sobre quatro países

CHRIS GROVE **363** Construindo um movimento global para tornar direitos humanos e justiça social uma realidade para todos

ENTREVISTA COM MARY LAWLOR E ANDREW ANDERSON **375** "O papel das organizações internacionais deve ser apoiar os defensores locais"

FERRAMENTAS

- | | | |
|---|------------|--|
| GASTÓN CHILLIER E
PÉTALLA BRANDÃO TIMO | 385 | O movimento global de direitos humanos no século XXI: Reflexões sob a perspectiva de uma ONG nacional de direitos humanos do Sul |
| MARTIN KIRK | 397 | Sistemas, cérebros e lugares silenciosos: Reflexões sobre o futuro das campanhas de direitos humanos |
| ROCHELLE JONES, SARAH
ROSENHEK E ANNA TURLEY | 411 | Organização de "apoio ao movimento": A experiência da Associação para os Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento (AWID) |
| ANA PAULA HERNÁNDEZ | 423 | Apoiando organizações locais: O trabalho do Fundo para os Direitos Humanos Globais no México |
| MIGUEL PULIDO JIMÉNEZ | 433 | Ativismo em direitos humanos em tempos de saturação cognitiva. Falemos de ferramentas |
| MALLIKA DUTT E NADIA RASUL | 441 | Conscientização digital: Uma análise das oportunidades e dos riscos enfrentados pelos ativistas de direitos humanos na era digital |
| SOPHEAP CHAK | 453 | Influência das novas tecnologias de informação e comunicação no ativismo no Camboja |
| SANDRA CARVALHO E
EDUARDO BAKER | 465 | Experiências de litígio estratégico no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos |
| ENTREVISTA COM
FERNAND ALPHEN | 477 | "Desçam do pedestal" |
| ENTREVISTA COM MARY KALDOR | 485 | "As ONGs não são a mesma coisa que sociedade civil, mas algumas ONGs têm o papel de facilitadoras" |
| ENTREVISTA COM LOUIS BICKFORD | 491 | Convergência para o Centro Global: "Quem define a agenda global de direitos humanos e como" |

MULTIPOLARIDADE

- | | | |
|--|------------|---|
| LUCIA NADER | 499 | Organizações sólidas em um mundo líquido |
| KENNETH ROTH | 507 | Por que acolhemos parcerias em direitos humanos |
| CÉSAR RODRÍGUEZ-GARAVITO | 515 | O futuro dos direitos humanos: Do controle à simbiose |
| DHANANJAYAN SRISKANDARAJAH
E MANDEEP TIWANA | 529 | Rumo a uma sociedade civil multipolar |
| ENTREVISTA COM EMILIE M.
HAFNER-BURTON | 537 | "Evitar o uso do poder seria devastador para os direitos humanos" |
| ENTREVISTA COM MARK
MALLOCH-BROWN | 545 | "Hoje somos um mundo extremamente multipolar, mas não somente composto por Estados-nação" |
| ENTREVISTA COM SALIL SHETTY | 551 | "Organizações de direitos humanos devem colocar mais o pé no chão" ou como perdemos o bonde |
| ENTREVISTA COM
LOUISE ARBOUR | 559 | "A solidariedade Norte-Sul é fundamental" |

APRESENTAÇÃO



DIREITOS HUMANOS EM MOVIMENTO: UM MAPA PARA O FUTURO DE UM MOVIMENTO

Lucia Nader (Diretora Executiva, Conectas)
Juana Kweitel (Diretora de Programas, Conectas)
Marcos Fuchs (Diretor Adjunto, Conectas)

A **Revista Sur** foi criada há dez anos como um veículo para aprofundar e fortalecer os vínculos entre acadêmicos e ativistas do Sul Global interessados em direitos humanos, com o objetivo de amplificar suas vozes e sua participação em organizações internacionais e debates acadêmicos. Nossa principal motivação era o fato de que, especialmente no Hemisfério Sul, os acadêmicos estavam trabalhando sozinhos e havia pouquíssimo intercâmbio entre pesquisadores de diferentes países. O objetivo da revista tem sido proporcionar aos indivíduos e organizações que trabalham na defesa dos direitos humanos, pesquisas, análises e estudos de caso que aliem rigor acadêmico e questões de interesse prático. Estas metas ambiciosas foram atingidas com êxito, de diversas maneiras: na última década, publicamos artigos de dezenas de países sobre questões tão diversas como saúde e acesso ao tratamento médico, justiça transicional, mecanismos regionais e informação e direitos humanos, para citar alguns exemplos. Publicado em três idiomas e disponível gratuitamente on-line e impresso, nosso projeto também continua a ser o único em termos de alcance geográfico, perspectiva crítica e por seu 'sotaque' do Sul. Em homenagem ao editor fundador da revista, **Pedro Paulo Poppovic**, este 20º número conta em sua abertura com uma biografia (escrita por João Paulo Charleaux) deste sociólogo que tem sido um dos principais responsáveis pelo sucesso desta publicação.

Em diversos aspectos, esta última década também foi um sucesso para o movimento de direitos humanos como um todo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 60 anos recentemente, novos tratados internacionais foram adotados e os antigos, mas bons sistemas globais e regionais de monitoramento estão em pleno funcionamento, apesar das críticas em relação à sua eficácia e as tentativas por parte dos Estados de coibir seus poderes. A partir de uma perspectiva estratégica, continuamos a usar, com certo sucesso, *advocacy*, litígio estratégico e estratégias de nomear e envergonhar (*'naming and shaming'*) como nossas principais ferramentas de mudança. Além disso, continuamos a cultivar parcerias entre as organizações que classificamos como locais, nacionais e internacionais dentro do movimento.

No entanto, as **coordenadas políticas e geográficas**, nas quais o movimento global de direitos humanos tem operado, têm sofrido profundas alterações. Ao longo da última década, presenciamos a tomada das ruas por centenas de milhares de pessoas para protestar contra injustiças sociais e políticas. Vimos também as potências emergentes do Sul desempenharem um papel cada vez mais influente na definição da agenda global de direitos humanos. Ademais, nos últimos dez anos temos visto o rápido crescimento das redes sociais como ferramenta de mobilização e como um fórum privilegiado para o compartilhamento de informações políticas entre os usuários.

Em outras palavras, a Revista publica seu 20º número em um cenário bastante diferente daquele de dez anos atrás. Os protestos que recentemente encheram as ruas de muitos países ao redor do mundo, por exemplo, não foram organizados por movimentos sociais tradicionais, nem por sindicatos ou ONGs de direitos humanos, e as demandas das pessoas foram frequentemente expressas em termos de justiça social e não de direitos. Isto quer dizer que os direitos humanos não são mais vistos como uma linguagem eficaz à produção de mudança social? Ou que as organizações de direitos humanos têm perdido parte de sua capacidade de representar os cidadãos injustiçados? As próprias potências emergentes, apesar de sua influência internacional recém-adquirida, dificilmente foram capazes - ou tiveram vontade - de assumir posições que diferem substancialmente daquelas adotadas pelas potências "tradicionais". Como e onde as organizações de direitos humanos defendem mudanças? As ONGs sediadas no Sul estão em uma posição privilegiada para fazer isso? As ONGs com sede nas potências emergentes também têm ganhando influência em fóruns internacionais?

Precisamente com o intuito de refletir sobre estas e outras questões prementes, os editores da SUR decidiram contar, no presente 20º número, com a ajuda de mais de 50 ativistas de direitos humanos de renome e acadêmicos de 18 países, do Equador ao Nepal, da China aos EUA. Pedimos que eles refletissem sobre o que consideramos algumas das questões mais urgentes e relevantes enfrentadas pelo movimento global de direitos humanos na atualidade: 1. Quem representamos? 2. Como podemos combinar questões urgentes com impactos a longo prazo? 3. Os direitos humanos ainda são uma linguagem eficaz à produção de mudança social? 4. Como as novas tecnologias de informação e comunicação têm influenciado o ativismo? 5. Quais são os desafios de trabalhar internacionalmente a partir do Sul?

O resultado, que agora você tem em suas mãos, é um mapa para o movimento global de direitos humanos no século 21 - que oferece um ponto de vista excepcional do qual é possível observar onde o movimento está na atualidade e para onde ele está caminhando. A primeira parada neste roteiro é uma reflexão sobre essas questões por parte dos diretores fundadores da Conectas Direitos Humanos, **Oscar Vilhena Vieira e**

Malak El-Chichini Poppovic. O roteiro continua sua jornada e inclui entrevistas e artigos, ambos fornecendo análises em profundidade sobre as questões de direitos humanos, bem como notas de campo, descrições mais personalizadas de experiências de trabalho com direitos humanos, que organizamos em seis categorias, embora a maioria delas poderia, sem dúvida, ser alocada em mais de uma categoria:

Linguagem. Nesta seção, incluímos artigos que refletem sobre a questão se os direitos humanos - como utopia, normas e instituições - ainda são eficazes à produção de mudanças sociais. Nesta seção, as contribuições variam de análises sobre os direitos humanos como uma linguagem à mudança (**Stephen Hopgood e Paulo Sérgio Pinheiro**), pesquisas empíricas sobre o uso da linguagem de direitos humanos para articular queixas em grandes protestos recentes (**Sara Burke**), a reflexões sobre o papel normativo e eficácia das instituições internacionais de direitos humanos (**Raquel Rolnik, Vinodh Jaichand e Emilio Álvarez Icaza**). A seção também conta com estudos sobre as tendências globais da evolução do movimento (**David Petrasek**), desafios à ênfase do movimento na proteção do Estado de Direito (**Kumi Naidoo**) e propostas estratégicas para melhor garantir um compromisso entre utopia e realismo em relação aos direitos humanos (**Samuel Moyn**).

Temas. Nesta seção incluímos contribuições que abordam temas específicos de direitos humanos de um ponto de vista original e crítico. Quatro temas foram analisados: poder econômico e responsabilidade corporativa por violações de direitos humanos (**Phil Bloomer, Janet Love e Gonzalo Berrón**); políticas sexuais e direitos LGBTI (**Sonia Corrêa, Gloria Careaga Pérez e Arvind Narrain**); migração (**Diego Lorente Pérez de Eulate**); e, por último, justiça de transição (**Clara Sandoval**).

Perspectivas. Esta seção abrange temas específicos de cada país, principalmente notas de ativistas de direitos humanos em campo. Essas contribuições vêm de diversos locais como Angola (**Maria Lúcia da Silveira**), Brasil (**Ana Valéria Araújo**), Cuba (**María-I. Faguaga Iglesias**), Indonésia (**Haris Azhar**), Moçambique (**Salvador Nkamate**) e Nepal (**Mandira Sharma**). Mas todas compartilham uma perspectiva crítica sobre os direitos humanos, incluindo, por exemplo, uma visão cética sobre a relação entre o litígio e a opin-

ião pública na África do Sul (**Nicole Fritz**), uma visão provocativa sobre o futuro democrático da China e sua relação com os direitos trabalhistas (**Han Dongfang**), e uma análise instigante da dualidade Norte-Sul a partir da Irlanda do Norte (**Maggie Beirne**).

Vozes. Nesta seção, os artigos abordam o cerne da questão de quem o movimento mundial de direitos humanos representa. **Adrian Gurza Lavalle** e **Juana Kweitel** destacam a pluralização da representação e formas inovadoras de responsabilização adotadas por ONGs de direitos humanos. Outros autores estudam a pressão por mais representação ou uma voz mais forte nos mecanismos internacionais de direitos humanos (como no Sistema Interamericano, relatado por **Mario Melo**) e nas instituições de representação, como legislaturas nacionais (analisadas por **Pedro Abramovay** e **Heloisa Griggs**). Por sua vez, **Chris Grove**, bem como **James Ron**, **David Crow** e **Shannon Golden** enfatizam, em suas contribuições, a necessidade de um link entre as ONGs de direitos humanos e grupos de base, incluindo populações economicamente desfavorecidas. Como contraponto, **Fateh Azzam** questiona a necessidade dos ativistas de direitos humanos representar alguém, discordando da crítica que as ONGs são excessivamente dependentes dos financiadores. Por fim, **Mary Lawlor** e **Andrew Anderson** descrevem os esforços feitos por uma organização do Norte para atender as necessidades dos defensores locais de direitos humanos como eles, e mais ninguém, as definem.

Ferramentas. Nesta seção, os editores incluíram contribuições que tratam dos instrumentos utilizados pelo movimento global de direitos humanos na realização de seu trabalho. Isso inclui um debate sobre o papel da tecnologia na promoção de mudanças (**Mallika Dutt** e **Nadia Rasul**, bem como **Sopheap Chak** e **Miguel Pulido Jiménez**) e perspectivas sobre os desafios das campanhas de direitos humanos, o que é analisado de forma provocativa por **Martin Kirk** e **Fernand Alphen** em suas respectivas contribuições. Outros artigos apontam à necessidade das organizações serem mais fundamentadas em contextos locais, como observado por **Ana Paula Hernández** em relação ao México, por **Louis Bickford** no que ele considera como uma convergência ao Centro Global, e, por fim, por **Rochelle Jones**, **Sarah Rosenhek** e **Anna Turley** em seu modelo de movimento de

apoio. Além disso, é destacado por **Mary Kaldor** que as ONGs não são o mesmo que a sociedade civil, propriamente dita. Ademais, ações de litígio e de atuação internacional são analisadas criticamente por **Sandra Carvalho** e **Eduardo Baker** tratando inclusive do dilema entre estratégias de longo e curto prazo no sistema interamericano. Por fim, **Gastón Chillier** e **Pétalla Brandão Timo** analisam a cooperação Sul-Sul do ponto de vista de uma ONG nacional de direitos humanos na Argentina.

Multipolaridade. Nesta seção, os artigos desafiam nossas formas de pensar sobre poder no mundo multipolar em que vivemos atualmente, com contribuições dos diretores de algumas das maiores organizações internacionais de direitos humanos de todo o mundo com sede no Norte (**Kenneth Roth** e **Salil Shetty**) e no Sul (**Lucia Nader**, **César Rodríguez-Garavito**, **Dhananjayan Sriskandarajah** e **Mandeep Tiwana**). Esta seção também discute o que significa multipolaridade em relação aos Estados (**Emilie M. Hafner-Burton**), organizações internacionais e da sociedade civil (**Louise Arbour**) e empresas (**Mark Malloch-Brown**).

Conectas espera que este número fomente o debate sobre o futuro do movimento global de direitos humanos no século 21, permitindo que ele se reinvente como é necessário para oferecer uma melhor proteção aos direitos humanos no terreno.

Gostaríamos de enfatizar que este número da Revista Sur só foi possível graças ao apoio da Fundação Ford, Open Society Foundations, Oak Foundation, Sigrid Rausing Trust, International Development Research Centre (IDRC, na sigla em inglês) e Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA, no original em inglês).

A Conectas Direitos Humanos é especialmente grata pela colaboração dos autores e da equipe da organização, especialmente de **Laura Dauden**, **João Paulo Brito** e **Laura Waisbich**. Também gostaríamos de agradecer a **Maria Brant** e **Manoela Miklos** por conceber este número e pela a realização da maioria das entrevistas, e a **Thiago Amparo** por se juntar à equipe editorial e tornar este número possível. Por fim, mas não menos importante, somos extremamente gratos a **Luz González** por seu incansável trabalho de edição das contribuições recebidas, e a **Ana Cernov** pela coordenação do processo editorial como um todo. Obrigado a todos e todas!



sur

Direitos Humanos em Movimento

Ferramentas

GASTÓN CHILLIER E PÉTALLA BRANDÃO TIMO

O movimento global de direitos humanos no século XXI:

Reflexões sob a perspectiva de uma ONG nacional de direitos humanos do Sul

MARTIN KIRK

Sistemas, cérebros e lugares silenciosos:

Reflexões sobre o futuro das campanhas de direitos humanos

ROCHELLE JONES, SARAH ROSENHEK E ANNA TURLEY

Organização de "apoio ao movimento":

A experiência da Associação para os Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento (AWID)

ANA PAULA HERNÁNDEZ

Apoiando organizações locais:

O trabalho do Fundo para os Direitos Humanos Globais no México

MIGUEL PULIDO JIMÉNEZ

Ativismo em direitos humanos em tempos de saturação cognitiva.

Falemos de ferramentas

MALLIKA DUTT E NADIA RASUL

Conscientização digital: Uma análise das oportunidades e dos riscos enfrentados pelos ativistas de direitos humanos na era digital

SOPHEAP CHAK

Influência das novas tecnologias de informação e comunicação no ativismo no Camboja

SANDRA CARVALHO E EDUARDO BAKER

Experiências de litígio estratégico no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos

ENTREVISTA COM FERNAND ALPHEN

"Desçam do pedestal"

ENTREVISTA COM MARY KALDOR

"As ONGs não são a mesma coisa que sociedade civil, mas algumas ONGs têm o papel de facilitadoras"

ENTREVISTA COM LOUIS BICKFORD

Convergência para o Centro Global:

"Quem define a agenda global de direitos humanos e como"



MARTIN KIRK

Martin Kirk é Diretor de Estratégia do /The Rules, um coletivo global de ativistas e mobilizadores que trabalham para combater as causas da desigualdade e da pobreza. Ele se juntou ao /The Rules (/Regras do Jogo) em junho de 2012 após sua saída da Oxfam, onde atuava como Diretor de Campanhas para o Reino Unido. Antes da Oxfam, Martin atuou como Diretor de Mobilização Global na organização *Save the Children*. Formado em História,

Martin trabalhou extensivamente nos setores público, privado e em ONGs, na área de relações governamentais e no engajamento do público em geral para as questões globais. Sua conta no Twitter é: @martinkirk_ny.

E-mail: martin@therules.org

RESUMO

Oitenta e seis anos depois da adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em que ponto nos encontramos? Estaríamos melhorando na nossa tarefa de gerir este planeta caótico e “proteger o ser humano”? E, tendo isto em conta, o que o futuro reserva para os defensores de direitos humanos e os ativistas? Neste artigo, o autor tenta responder a essas questões. Com base em uma análise sistêmica, o autor analisa o sistema planetário em três partes. Em primeiro lugar, a biosfera, da qual a vida da nossa frágil espécie depende; em seguida, os sistemas econômicos e financeiros que hoje ditam em grande parte o nosso destino; e, finalmente, o emaranhado de organismos internacionais cujo trabalho é, tecnicamente falando, promover e proteger os direitos humanos no futuro. O autor conclui, de maneira otimista, fazendo cinco recomendações dirigidas especialmente ao setor de direitos humanos em suas atividades de campanha.

Original em inglês. Traduzido por Adriana Gomes Guimarães.

Recebido em março de 2014.

PALAVRAS-CHAVE

Campanha de direitos Humanos – Mudanças climáticas – Sistema internacional – Corporações



Este artigo é publicado sob a licença de *creative commons*.

Este artigo está disponível *online* em <<http://conectas.org/pt/acoecs/sur>>.

ARTIGO

SISTEMAS, CÉREBROS E LUGARES SILENCIOSOS: REFLEXÕES SOBRE O FUTURO DAS CAMPANHAS DE DIREITOS HUMANOS

Martin Kirk

Oitenta e seis anos depois da adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em que ponto nos encontramos? Estaríamos melhorando na nossa tarefa de gerir este planeta caótico e “proteger o ser humano”? E, tendo isto em conta, o que o futuro reserva para os defensores de direitos humanos e os ativistas envolvidos em campanhas?

Este artigo é a minha tentativa de responder a estas questões. Traçarei um breve paralelo para demonstrar que, em vez de argumentar usando a análise política tradicional ou tendências estatísticas (apesar de que haverá um pouco disso), tomarei como base uma análise sistêmica. Três sistemas em um, na verdade: a biosfera; os sistemas econômicos e financeiros; e os organismos internacionais. Isso levará a cinco recomendações para as campanhas de direitos humanos e a uma breve reflexão sobre o que fazer com o fato de que a racionalidade e a razão têm alcance limitado.

Basearei todas as minhas premissas em uma ideia eloquentemente formulada por Susan George:

Estude os ricos e poderosos, não os pobres e impotentes... Que os pobres estudem a si mesmos. Eles já sabem o que há de errado com suas vidas e se você realmente quer ajudá-los, o melhor que pode fazer é dar-lhes uma ideia mais clara de como seus opressores estão atuando agora e como prevemos que atuarão no futuro.

(GEORGE, 1976 apud STATE..., 2014).

Os pobres e impotentes nesta citação podem ser facilmente substituídos pelos explorados e oprimidos; muitas vezes, eles são as mesmas pessoas e, mesmo quando este não é o caso, são as mesmas forças que os oprimem.

Não colocarei panos quentes. Argumento aqui de maneira tal que provavelmente não convenceria o grande público: por meio de análises frias e diretas e com base nelas propor os argumentos mais persuasivos que pude reunir. Aprendemos com a experiência que o uso de cenários apocalípticos e o medo de envolver o público são

Ver as notas deste texto a partir da página 408.

estratégias contraproducentes (CROMPTON; KASSER, 2009), mas este estudo de caso foi escrito para profissionais, pessoas plenamente capazes de considerar todas as realidades, ainda que inquietantes.

1 Em que ponto nos encontramos?: Um olhar sistêmico

Em que ponto nos encontramos? Nenhuma análise sã poderia concluir outra coisa senão que estamos nos conduzindo em direção a uma crise profunda e urgente. Não é exagero sugerir que a magnitude dos problemas que enfrentamos é quase além da imaginação. E, pior, estamos indo mais longe e mais rapidamente em direção ao perigo, a cada dia que passa.

Neste artigo, deixarei de lado algumas preocupações tradicionais de direitos humanos e olharei para o sistema planetário em três partes. Em primeiro lugar, para a biosfera, da qual a vida da nossa frágil espécie depende; em seguida, para os sistemas econômicos e financeiros que agora ditam em grande parte o nosso destino; e, finalmente, para o emaranhado de organismos internacionais cujo trabalho é, tecnicamente falando, promover e proteger os direitos humanos no futuro.

Apenas por meio de uma perspectiva ampla e sistêmica como esta seremos capazes de entender por que estamos prestes a entrar numa fase de abusos crônicos e generalizados dos direitos humanos e como poderemos proteger melhor o que ainda é possível proteger. É nas mudanças climáticas, no caos econômico e nas normas políticas que as sementes do abuso sistêmico de direitos humanos são semeadas e regadas. Se quisermos fazer algo a mais do que sentar e ver o circo pegar fogo, devemos concentrar mais da nossa atenção nesses sistemas e, criteriosamente, no que os mantém unidos.

Existem padrões discerníveis e previsíveis dentro de qualquer sistema complexo. O sistema terrestre, visto como um todo, pode ser muito mais complexo do que somos capazes de entender, mas obedece a determinadas leis. Ele tem entradas e saídas, estoques e fluxos, controles e retornos, e a maioria deles está além da influência previsível de qualquer indivíduo ou governo. Este é um dos paradoxos da nossa época: os governos nunca foram tão poderosos, mas, ao mesmo tempo, nunca foram tão pouco capazes de prover paz e justiça. Isso é também um fato desagradável para os defensores de direitos humanos porque, como qualquer mediador, devemos acreditar no potencial da nossa influência. Em nossa empreitada para tornar as coisas melhores escolhemos as campanhas que acreditamos – embora muitas vezes com excessivo otimismo – ter o poder de realizar. Mas todo o otimismo do mundo não conseguiu direcionar o nosso foco para o sistema na sua totalidade. Nós – os profissionais de direitos humanos – subdividimos. Nós selecionamos, priorizamos e focamos. Escolhemos campanhas de acordo com categorias preestabelecidas de assunto, experiência e competência. Logicamente! De que outra forma poderíamos enfrentar as manhãs de segunda-feira? A enormidade da tarefa esmagaria nossos ânimos. Por isso, adotamos essa abordagem gerencial, como os líderes acima de nós. Assim nos foi ensinado.

O problema é que esta abordagem gerencial, na melhor das hipóteses, nos prende à atuação no nível das mudanças técnicas. Esta abordagem valoriza o uso das categorias que separam um assunto de outro na mesma medida em que concentram no estudo de um deles. E, desta forma, somos treinados para consertar o carburador

de um motor de combustão interna, quando o que realmente precisa ser feito é mudar o fato de que a combustão é interna. Somos treinados para ver como distintas coisas que na verdade estão profundamente ligadas: a espionagem da Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA na sigla em inglês) e os abusos dos direitos LGBT em Uganda, por exemplo; a epidemia de suicídios entre agricultores na Índia e a destruição das florestas tropicais da Amazônia; a explosão do débito estudantil nos EUA e o aumento nos preços dos alimentos no Quênia. Porque enxergamos a partir dessa perspectiva fragmentada, estamos constantemente ofuscados e horrorizados com o que o sistema vomita logicamente sob a forma de brutalidade, pobreza em massa e conflitos. Comportamo-nos como se cada atrocidade fosse, de alguma maneira, uma aberração única e até mesmo natural, a ser corrigida por meio do controle de um determinado ditador, a aprovação desta lei ou a assinatura daqueles objetivos internacionais. Assistimos a muitas Sírias; convivemos por tanto tempo com o campo de refugiados de Gaza; e nós somos solicitados muitas vezes a dar dinheiro, tempo ou espaço para um fluxo interminável de crianças famintas, condenados à morte e imigrantes miseráveis que nos sentimos indulgentes ao perder tempo pensando em termos que podem parecer indevidamente abstratos ou que contradizem grande parte da sabedoria que recebemos na escola, de nossos pais, de nossos líderes. E assim, nossos líderes não são responsabilizados por um fracasso em escala colossal: o fracasso de não serem honestos sobre o quão presos eles estão em sistemas que não podem entender, controlar ou dos quais não podem divergir.

Além disso, tendemos a ter uma péssima memória quando se trata de causa e efeito – basta pensar no quão rapidamente um novo governo é responsabilizado pelo estado de uma nação ou quão enfaticamente elogiamos ou culpamos as pessoas que estão à nossa frente nas revoluções –, mas a dura verdade é que quase sempre damos um peso indevido ao que está diante de nós e somos bastante incapazes de compreender, muito menos controlar as forças que revestem alguns de nós em luxo, enquanto condenam muitos mais à penúria e dor. Mas o que é certo é que estamos limitando a visão que poderíamos ter com muitas das nossas práticas atuais. A única abordagem sensata e apropriadamente humilde é estudar as forças e os princípios inerentes a todo o sistema.

2 Biosfera

Então, vamos começar olhando para um sistema que abarca todos os outros sistemas: a biosfera que sustenta a vida. É brutalmente evidente, já há algum tempo, que este sistema está sofrendo significativas pressões. O estoque de CO₂ na atmosfera está produzindo efeitos perigosos e estamos fazendo quase nada para resolver a causa deste problema. As mudanças climáticas já são conhecidas desde os anos 1960. Os líderes mundiais tomaram conhecimento deste fato pela primeira vez na Conferência da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Desde então, aumentamos em 61% a quantidade do CO₂ lançado na atmosfera a cada ano. Não estamos apenas deixando de reduzir as emissões globais, mas também aumentando seus níveis a cada ano, com exceção de uma pequena diminuição após a estagnação econômica provocada pela crise de 2008.¹ Quando tiramos de cena todo o ruído e a fúria das relações públicas e da política, nosso fracasso torna-se óbvio.

Agora, supondo que um aumento de 2 graus Celsius na temperatura global seria o ponto em que as coisas passam de mal a pior para os seres humanos, e, portanto, um ponto que queremos evitar, poderíamos lançar aproximadamente mais 565 gigatoneladas de CO₂ na atmosfera até meados do século. Segundo as melhores estimativas atuais, as reservas de petróleo já localizadas e programadas para serem utilizadas² vão bombear 2.795 gigatoneladas. Então, daremos adeus aos 2 graus e, provavelmente, aos 3 e, muito possivelmente, aos 4 graus (MCKIBBEN, 2012). Ninguém sabe exatamente o que acontecerá em relação às mudanças de temperatura, mas de acordo com Thomas Lovejoy, que foi assessor chefe para a biodiversidade do Banco Mundial, “Se estamos vendo o que estamos vendo hoje, com [um aumento de] 0,8 graus Celsius, dois graus é simplesmente demais” (MCKIBBEN, 2012).

Por “o que estamos vendo hoje”, ele quer dizer, nas palavras do Fórum Humanitário Global, “[M]uitas comunidades enfrentam múltiplas tensões com graves implicações sociais, políticas e de segurança... Milhões de pessoas são expulsas de sua terra ou peregrinam permanentemente como resultado disso. Muitos outros milhões virão na sequência” (GLOBAL HUMANITARIAN FORUM, 2009, p. ii). Ele se refere ao aumento de eventos climáticos extremos,³ e ao aumento de 14% na incidência de conflitos que parece atribuível ao aumento das temperaturas (HSIANG; BURKE; MIGUEL, 2013).

Não preciso esmiuçar mais a esse respeito; as estatísticas estão disponíveis. Vale a pena, no entanto, repetir apenas uma amostra das previsões mais recentes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), para chamar atenção para o fato de que o que estamos vendo agora é inofensivo comparado ao que está por vir. Na América Latina, eles preveem a “[S]ubstituição gradual da floresta tropical por savana no leste da Amazônia; mudanças significativas na disponibilidade de água para consumo humano, agricultura e geração de energia”. Na África, “[A]té 2020, prevê-se que entre 75 e 250 milhões de pessoas serão expostas ao aumento da escassez de água; os rendimentos da agricultura que depende da chuva podem ser reduzidos em até 50 por cento em algumas regiões; a produção agrícola, incluindo o acesso aos alimentos, pode ser seriamente comprometida”. Na Ásia, a “disponibilidade de água doce deve baixar no centro, sul, leste e sudeste da Ásia até 2050; as taxas de óbitos por doenças associadas a inundações e secas devem aumentar em algumas regiões” (THE CURRENT..., 2014). E lembrem-se, o IPCC tem um histórico de previsões excessivamente conservadoras.

Sir Martin Rees, titular do Prêmio Mundial Albert Einstein de Ciências, da medalha Isaac Newton e ex-presidente da Royal Society, vem sistematicamente lançando a pergunta: “Será este o último século da humanidade?” (REES, 2005). Em um livro publicado em 2003, ele argumenta que a raça humana tem 50% de chance de chegar até 2100.⁴ E há também James Hanson, possivelmente o climatologista mais proeminente do planeta, que, depois de anos como cortês pesquisador e lobista, anda hoje mais propenso a sair às ruas para protestar e dizer que se alguns dos projetos planejados para explorar novas fontes de combustíveis fósseis, como as areias betuminosas do Canadá, forem em frente, isto pode significar “fim do jogo para o planeta” (MAYER, 2011).

Talvez você não concorde com alguma dessas opiniões ou com muitas outras semelhantes emitidas por cientistas altamente credenciados, mas você não pode, racionalmente, desconsiderar todas elas. Ainda que um deles esteja apenas parcialmente

correto, estaríamos em queda livre. E como praticamente toda a História nos ensina, em momentos de estresse, os seres humanos rapidamente se voltam uns contra os outros. Seria possível, em meio ao estresse extremo que estamos prestes a enfrentar, descobrirmos que o ideal atual dos direitos humanos universais foi totalmente varrido do mapa? Poderiam tais questões suportar o estresse permanente e o conflito entre corporações, governos e blocos econômicos gigantes como um mamote? Como diz o velho provérbio Kikuyu: “Quando os elefantes lutam, é a grama que sofre”.

3 Sistema econômico e financeiro

Voltaremos para a questão do clima mais tarde, mas agora olharemos para o sistema financeiro e econômico e para a trajetória que ele está definindo para nós.

A Oxfam fez um grande alvoroço recentemente, chamando a atenção para o fato de que as 85 pessoas mais ricas do planeta reúnem a mesma riqueza que as 3,5 bilhões mais pobres juntas (OXFAM, 2014). Precisamos reconhecer apenas dois simples fatos para entender o que isso significa para o futuro dos direitos humanos. Primeiro, que isso não aconteceu por acidente; é o resultado lógico do nosso sistema econômico e financeiro. A causa mais imediata é a política neoliberal deliberada e intransigente que tem sido dominante no Ocidente e imposta a grande parte do mundo em desenvolvimento desde os anos 1980. Assim, enquanto a desigualdade fez, sempre fará e sempre precisará, em alguma medida, fazer parte da sociedade humana, o que vemos hoje é um fenômeno muito moderno, nascido da lógica com que uma determinada – e, eu diria, extremista – ideologia contaminou o sistema econômico. E a força que essa ideologia tem sobre as estruturas de poder global está sendo consolidada diariamente (MONBIOT, 2013).

O segundo fato é que a desigualdade provoca desarmonia social, para dizer o mínimo. Kate Pickett e Richard Wilson mais do que comprovaram este ponto em seu estudo seminal de 2009 sobre a desigualdade de riquezas dentro e entre as nações, *The Spirit Level* (WILKINSON; PICKETT, 2009, 2014). Escolha um indicador de bem-estar social e a desigualdade o tornará pior. Maiores taxas de homicídio, gravidez na adolescência, níveis de encarceramento, de obesidade, de mortalidade infantil e menores níveis de escolaridade estão todos correlacionados com o aumento da desigualdade. Estudos desde a publicação do livro⁵ reforçaram tudo o que foi dito e acrescentaram alguns impactos para uma aferição justa: a crescente desigualdade também alimenta o consumismo, aumenta a dívida pessoal e ainda eleva os níveis de narcisismo. Em outras palavras, uma sociedade desigual é uma sociedade doente. Nos níveis que estamos vendo no mundo de hoje, promover ou não lutar para reduzir a desigualdade sistemática é o mesmo que dar permissão para o abuso das espécies.

Em outras palavras, qualquer pessoa preocupada com os níveis de abusos de direitos humanos no futuro deve trabalhar para mudar a lógica por trás deste sistema econômico que causa a desigualdade no presente, não por causa de outros imperativos de valores sobrepostos ou lealdade política a outros ativistas do campo da justiça social, mas porque este último é a origem de todas as causas e circunstâncias, em escala planetária, necessárias para que o primeiro chegue a níveis tão elevados. Pode ser ou não que a causa e os efeitos acabem intimamente ligados em termos temporais, mas no nível do sistema planetário, as apostas foram feitas.

Não é difícil identificar algumas das estruturas e decisões que esta infecção causou. Qualquer lista das dez mais importantes deve incluir os paraísos fiscais; excepcionalidade corporativa dentro da lei (reflita sobre a ideia de que as empresas são “grandes demais para falir” e você entenderá o extremo afiado desta tendência); a inundação de dinheiro na política, especialmente nos EUA; e as regras comerciais fortemente fraudadas em favor daqueles com mais dinheiro e advogados – regras comerciais, aliás, que estão sendo redesenhadas neste momento, sob o disfarce da Parceria Transpacífico (TPP) e acordos semelhantes, para propiciar poder ainda maior em mãos corporativas, com fins lucrativos (MONBIOT, 2013). E apoiar tudo isso é a criação do hiperconsumo, cuja consciência é pouco clara e cujos instintos competitivos são permanentemente aprimorados⁶ graças às demandas onipresentes para comprar, comprar e comprar e a contínua glorificação da ideia de que a felicidade é o que você possui. Para que mais serviria uma indústria publicitária de 500 bilhões de dólares? Conjuntamente, a economia global é hoje em dia essencialmente um sistema de extração de riqueza; implacavelmente eficiente na retirada da riqueza financeira e dos recursos da maioria da população.

As razões para tudo isso, é claro, são muitas e complexas. Mas se olharmos com algum distanciamento, tornam-se bastante simples. Essencialmente, resumem-se ao fato de que os incentivos estruturais e as recompensas que impulsionam este sistema capitalista corporativo não são capazes de contabilizar diretamente qualquer coisa que não seja valor econômico. O sistema é surdo, mudo e cego para a destruição do clima e o sofrimento humano em massa. À essa altura, ele é muito maior do que qualquer governo ou corporação. Trata-se, para todos os efeitos, de uma força viva. Não é vivo em qualquer sentido tradicional, é claro, mas é, sem dúvida, dotado de uma energia fora do nosso controle. A menos que a lógica que o conduz seja alterada, o futuro está escrito em pedra.

O que é um pouco estranho a ser considerado é que o sistema tem um poderoso sistema imunológico composto de seres humanos com os quais ele se defende de ataques. Uma parte disso é o pequeno exército de apologistas com o qual estamos todos muito familiarizados, tendo como exemplos extremos as preferências da rede *Fox News*. Apesar de perigosas e regressivas, essas forças conservadoras estão longe de serem o inimigo mais pernicioso. As células brancas do sangue são, de fato, os operários e empregados, aquelas pessoas decentes e bem-intencionadas que seguem sua consciência, com integridade, para promover programas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), as melhorias na cadeia de fornecimento e esquemas de reciclagem; funcionários de ONGs que, sem querer, distraem as pessoas do horror que é o sistema, promovendo a falsa solução da caridade; e uma grande mídia treinada, e às vezes forçada, a ver e descrever apenas o que a interessa. As boas intenções estão sendo exploradas e os trabalhadores, usados como pouco mais do que escudos humanos para proteger a capacidade do sistema de seguir em frente, *business as usual*. Mesmo a classe governante pode ser responsabilizada apenas até certo ponto; uma vez que trabalha dentro do sistema – o que precisa fazer, para chegar a ser a classe governante; ou, como John Ralston Saul descreve, “[E]les são precisamente as pessoas que o nosso sistema procura” (SAUL, 2013, p. 26) – seu poder é limitado. Se estiver começando a parecer que estou invocando uma força senciente do mal, lembre-se que o sistema só está fazendo o que todos os sistemas complexos fazem: se protegendo e crescendo.

4 Sistema internacional

Finalmente, antes de nos tratarmos de boas notícias, vamos olhar para a terceira parte do sistema internacional: a constelação de instituições que estão, pelo menos em princípio, fazendo mais do que gerar capital.

As Nações Unidas são como um nó central deste sistema – as Nações Unidas em seu sentido mais amplo, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).⁷ Até recentemente, a influência das corporações sobre estes organismos foi mantida, de certa maneira, contida e fora do campo de visão. Isso não quer dizer que os interesses corporativos tenham deixado, em algum momento, de ser parte do plano de desenvolvimento global do Ocidente: os planos de ajuste estrutural dos anos 1980 e 1990 foram um exemplo claro dos martelos usados para derrubar as paredes de proteção dos países em desenvolvimento necessárias para o desenvolvimento das suas próprias indústrias (assim como o Ocidente fez em uma fase correspondente do seu desenvolvimento) para que as grandes corporações ocidentais pudessem se estabelecer. Ainda assim, houve um momento em que empresas e interesses privados eram raramente vistos na mesa de elaboração de políticas públicas.

Tudo isto está mudando hoje em dia. Observadores atentos saberão que estamos assistindo à lenta infecção corporativa de todo o sistema das Nações Unidas. Não seria estranho sugerir que poderíamos estar presenciando os estágios iniciais do processo de privatização das Nações Unidas. Para dar apenas um exemplo: alguém não menos que Ban Ki-Moon, Secretário-Geral, tornou sua missão pessoal a inauguração de uma nova era de “parcerias” com o setor privado. Ao fazê-lo, ele está retomando e redimensionando uma iniciativa lançada por Kofi Annan em 2000, o Pacto Global. De acordo com a literatura oficial, o Pacto Global é “uma iniciativa de política estratégica para empresas que estão comprometidas em alinhar suas operações e estratégias com os dez princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção” (BAN, 2013).

Para ajudá-lo em sua missão, o Sr. Ban quebrou o protocolo e nomeou um novo Secretário-Geral Adjunto sem a aprovação da Assembleia Geral. Ele só pôde realizar esta ação não prevista em orçamento, porque este cargo será pago por Bill Gates. E, como seria de se esperar, foi preenchida por Robert Orr, um conhecido de longa data de Gates (LEE, 2012). Portanto, agora temos este indivíduo que, inexplicavelmente, pelo fato de ter acumulado a maior quantidade de riqueza pessoal que o mundo já conheceu, tem a permissão de financiar os mais altos níveis da ONU.

Colocando o pequeno exemplo de Gates e Orr de lado, os pragmáticos dentre nós poderiam argumentar que trazer grandes empresas para dentro da ONU e fazê-las se comprometer com esses elevados princípios é uma excelente ideia, tanto quanto canalizar os oceanos de riqueza que elas controlam para a isolada ONU. O problema com essa visão foi perfeitamente resumido pela ex-diretora da UNICEF, Carol Bellamy: “É perigoso presumir que as metas do setor privado de alguma forma equivalem às metas das Nações Unidas, porque elas enfaticamente não equivalem” (DEEN, 1999).

O caso da KPMG é apenas um exemplo de quão verdadeiramente diferentes estes objetivos são na prática. A KPMG foi construída para gerar lucro e crescer, como o sistema exige. Este é o seu propósito, nem bom nem mau. O problema surge quando

nos esquecemos de que esse é o seu propósito primordial e damos a ela influência sobre estruturas que são construídas para outros fins. Aqui está o porquê.

A KPMG esteve envolvida com o Pacto Global desde o início. Seu compromisso com os dez princípios do Pacto, no entanto, não a levou a deixar de estabelecer paraísos fiscais ilegais para os seus clientes mais ricos. Em 2003, uma investigação feita por advogados norte-americanos descobriu que, ao ativamente criar paraísos fiscais ilegais, a KPMG privou os cidadãos dos EUA de US\$ 2,5 bilhões em impostos. Uma vez apanhada, a KPMG admitiu o erro e pagou US\$ 456 milhões em multas.⁸ Claramente, então, a assinatura dos 10 princípios do Pacto para “trabalhar contra a corrupção⁹ em todas as suas formas” era mais um ato simbólico para a KPMG e não algo que precisasse interferir no seu negócio. Para piorar ainda mais, a KPMG, desde então, juntou-se ao grupo de trabalho do 10º princípio, cuja função é “fornecer orientações para o plano de trabalho do Escritório do Pacto Global sobre o 10º princípio”¹⁰ – falando em raposas no galinheiro...

A KPMG está se comportando de maneira totalmente coerente com a lógica de um sistema neoliberal; ela está fazendo o que qualquer grande entidade econômica faria. De que outra forma teríamos chegado ao ponto em que um terço de todas as empresas privadas – pelo menos US\$ 26 trilhões¹¹ – está guardado em paraísos fiscais? Por serem seletivos na maneira como interpretam as regras, os interesses privados são capazes de ajudar a construir um sistema profundamente explorador nos bastidores, enquanto aos olhos do público aparecem como generosos cidadãos globais, ajudando a atenuar as bordas desse sistema.

Então, para resumir o breve passeio pelos três sistemas centrais dentro do grande sistema operacional global que está desabando sobre os direitos humanos, temos uma biosfera despencando, inevitavelmente, para a violenta imprevisibilidade, se não para um catastrófico colapso (quer dizer, catastrófico para os seres humanos e algumas plantas e animais). Contamos com um sistema econômico capitalista corporativo que apenas reconhece valor financeiro e é incapaz de ouvir os gritos de desespero ecoando em sua direção, como resultado do caos por ele causado. E a coisa mais próxima que temos de um sistema de governança global está fragilizado e cada vez mais suscetível a cair nas garras dessa mesma lógica neoliberal.

As mudanças climáticas provavelmente sequestrarão recursos naturais vitais, de tal forma a jogar países contra países e interesses poderosos contra interesses poderosos. A escassez mora ao lado e sabemos por longa e amarga experiência que a escassez leva à tensão e ao conflito. Como o filósofo britânico John Gray aponta, a escassez e os males que nela espregam, tais como guerras travadas por conta do acesso a rios e terras férteis, são de fato a norma na história.¹²

5 Recomendações

Você estaria perdoado se estivesse se sentindo um pouco triste neste momento. E se for este o caso, espero poder orientá-lo de volta à esperança e à apaixonada determinação até o final deste texto. Na verdade, eu sou um otimista. Acredito que, assim como construímos a lógica do sistema operacional do mundo, podemos mudá-la. Acredito em Martin Luther King, quando ele supostamente disse, “o arco do universo moral é longo, mas se inclina para a justiça”.

Minha primeira recomendação para o setor de direitos humanos é radicalizar. Com isso quero dizer enxergar as forças que nos rodeiam como elas são e fazer tudo o que pudermos para mudar seus fundamentos. Uma pessoa radical é alguém que pensa ou age fora da Janela de Overton do dia, ou seja, do que é geralmente aceito hoje em dia. E quem, ou melhor, o que, determina a Janela de Overton de hoje? Ao contrário da sabedoria transmitida, são raros os líderes de massa nos dias de hoje; tudo o que fazem é disputar o poder. Na verdade, a Janela de Overton é uma articulação dos imperativos do sistema. Quando o sistema dá prioridade ao crescimento econômico acima de tudo, como o nosso faz, qualquer coisa que o questione seriamente será tachado como radical e expulso da sociedade educada. Será que nós realmente acreditamos que a melhor maneira de se obter mudança durante as curtas vidas de que dispomos neste planeta é sermos mantidos em tutela desta maneira? É a antítese do mais precioso dos direitos humanos: a liberdade de pensamento. Uma vez que você perceba o sistema em sua totalidade e reconheça a inevitabilidade do que ele significa para os direitos humanos, eu o desafio a não se pegar tendo pensamentos radicais. Abrace-os. Fale sobre eles. E lembre-se que George Orwell é conhecido por ter dito: “Em tempos de mentira universal, dizer a verdade é um ato revolucionário”.

Minha segunda recomendação seria a de encontrar e se alinhar aos muitos outros que estão tendo pensamentos radicais. As multidões no Parque Zucotti, Praça Tahrir, Parque Gezi e nas ruas do Rio de Janeiro pensaram e falaram sobre ideias radicais. Eles não colocaram o acesso e as boas maneiras à frente do imperativo de justiça. Se quisermos desafiar o sistema, eles são os nossos guias e inspiração muito mais do que a mais recente iniciativa de responsabilidade social ou tópicos políticos. O dia em que encontrarmos banners da Anistia Internacional pintando o céu ao lado de Occupy Wall Street, Via Campesina, Idle No More e dos estudantes chilenos, este será o dia em que estaremos testemunhando um coro verdadeiramente poderoso de pessoas cujos olhos estão abertos e cujas mentes e espíritos estão acordados. Melhor isto, de longe, do que investir tempo e energia na agenda da ONU pós-2015, que, por ser um produto direto do sistema, poderá apenas trabalhar para prolongar o *business as usual*.

Minha terceira recomendação é aprender sobre o cérebro. Essa batalha será ganha ou perdida na mente humana. O mundo que nós criamos é um reflexo da nossa consciência, de modo que, se quisermos mudar o mundo, precisamos mudar a forma como nosso cérebro funciona. Isso não é tão orwelliano quanto parece. Nossos cérebros não são os mesmos de um minuto para o outro; estão sendo constantemente influenciados pelo ambiente. Então, quando falo sobre mudar a maneira como nossos cérebros funcionam, na verdade, estou falando sobre influenciar a direção para onde eles se encaminharão. Ajude-os a enxergar a situação como um todo, em vez de se distrair com as coisas pequenas, brilhantes ou grotescas. Nós sabemos muito mais sobre a razão que leva as pessoas a acreditarem e a agirem de tal maneira do que há 10 anos. Deveríamos explorar as ideias geradas por este aprendizado e contratar pessoas capacitadas para entender essas coisas. Estou falando de linguistas, cientistas cognitivos e psicólogos sociais. Temos um longo caminho para percorrer neste campo; Edward Bernays escreveu seu livro seminal, *Propaganda*, em 1928 (BERNAYS, 1928) e fez com que os mais altos escalões da América corporativa levassem a psicologia da opinião pública a sério.¹³ Se o setor de direitos humanos pudesse seguir na mesma

velocidade que as suas ideias de 1928, isto seria um excelente desdobramento. Mas podemos fazer muito mais do que isso ao reconhecermos e investirmos no conhecimento de que precisamos.

Minha quarta recomendação é para que levem a sério o pensamento sistêmico. É como a Microsoft se tornou a Microsoft. Mas eles foram pouco ambiciosos; precisamos pensar grande. Precisamos tornar naturais a leitura dos fluxos sistêmicos e a compreensão dos pontos de pressão genuína, que com frequência são muito diferentes dos apontados pelas análises políticas tradicionais. Precisamos ser capazes de identificar os dutos de ventilação no Deathstar do sistema neoliberal, e análise sistêmica é a maneira de se conseguir isso.

Minha quinta e última recomendação é repensar os benefícios da Internet. Enviar e-mails e escrever blogs é muito bom, mas a Internet também é, essencialmente, uma orelha gigante. Com ferramentas analíticas modernas, podemos calibrar nossos laptops para ouvir o que o mundo está dizendo, com maior ou menor nível de detalhes. Podemos ouvir a mente coletiva à medida que processa os pensamentos. E com os especialistas certos à disposição, podemos dar sentido a ela. Podemos ir além disparando opiniões no escuro ciberespaço e esperar que acertem algo ou alguém capaz de servir a um propósito. Podemos surfar as ondas da crença e da opinião, em vez de ser jogado aqui e ali no modo constantemente reativo. E, claro, podemos nos organizar em uma escala inimaginável.

Se feito com consideração e de maneira consciente e bem informada, acredito que tudo isso possa nos ajudar a trabalhar com o grão da natureza humana. É fácil não perceber o fato de que o hiperconsumismo neoliberal é um barco fenomenalmente caro e difícil de manter à tona, porque depende da pressão constante de alguns dos valores menos produtivos da humanidade. É claro que as pessoas são, em parte, egoístas e gananciosas, mas na maior parte, são compassivas, compreensivas e amáveis e estes são motivadores muito mais poderosos. A ciência empírica afirma isto (CROMPTON, 2010). É preciso uma indústria de publicidade de US\$ 500 bilhões ao ano,¹⁴ infraestrutura de comunicações em massa (de que outra forma chamaríamos o império de Rupert Murdoch?) e quantidades incalculáveis gastas na lubrificação das rodas políticas para nos manter encantados com este sistema. É quase tão natural como plástico – o que me leva ao meu ponto quase final.

A escala dos argumentos que defendi aqui é absurdamente grande. Para mim, tudo se resume ao que somos, como seres humanos. Para que servem nossas curtas vidas? Encontramos as respostas onde quer que olhemos. Cada uma delas nos foi ensinada de acordo com nossas próprias tradições e culturas, mas mesmo um breve olhar para o que as pessoas mais sábias, mais surpreendentemente corajosas e inspiradoras ao longo da História nos disseram nos aponta uma resposta. Buda, Sócrates, Platão, Jesus, o Profeta Maomé, Rumi, até Mary Woolstonecraft, Mary Seacole, Eleanor Roosevelt, Mahatma Gandhi e Nelson Mandela: no coração pulsante do que cada um deles disse estava a verdade, de que o maior propósito de qualquer vida é o esforço para a felicidade e o bem-estar dos outros. E é nos lugares silenciosos dentro de cada um de nós que encontraremos as respostas e a força necessária para que a conexão com nossa verdadeira natureza seja a última fonte de entendimento e esperança. Cada um de nós deve fazer isso do seu próprio jeito, mas se o fizermos, não tenho dúvidas de que poderemos mudar o rumo deste mundo.

REFERÊNCIAS

Bibliografia e outras fontes

- BAN, Ki-moon. 2013. Overview of the UN Global Compact. **United Nations Global Compact**. 22 Apr. Disponível em: <<http://www.unglobalcompact.org/index.html>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
- BERNAYS, Edward L. 1928. **Propaganda**. New York: Ig Publishing. Introduction by Mark Crispin Miller. 168 p.
- CROMPTON, Tom. 2010. **Common Cause**: The case for working with our cultural values. UK: Climate Outreach and Information Network (COIN), Campaign to Protect Rural England (CPRE), Friends of the Earth (FOE), Oxfam and WWF. Disponível em: <http://assets.wwf.org.uk/downloads/common_cause_report.pdf>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
- CROMPTON, Tom; KASSER, Tim. 2009. **Meeting Environmental Challenges**: The Role of Human Identity. UK: WWF.
- DEEN, Thalif. 1999. Development-un: Pitfalls of Private Sector Involvement. **Inter Press Service – IPS**, 21 Apr. Disponível em: <<http://www.ipsnews.net/1999/04/development-un-pitfalls-of-private-sector-involvement/>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
- GLOBAL HUMANITARIAN FORUM. 2009. **The Anatomy of a Silent Crisis**. Human Impact Report, Climate Change. Geneva: Global Humanitarian Forum.
- HSIANG, Solomon M.; BURKE, Marshall; MIGUEL, Edward. 2013. Quantifying the Influence of Climate on Human Conflict. **Science**, v. 341, n. 615113, Sept. Disponível em: <<https://www.sciencemag.org/content/341/6151/1235367.abstract>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
- KASSER, Tim. 2002. **The High Price of Materialism**. Cambridge, MA: MIT Press.
- LAKOFF, George. 2008. **The Political Mind**. New York: Viking. 292 p.
- LEE, Matthew Russell. 2012. Money can buy anything: Bill Gates buys its own Assistant Secretary General. **UNDP Watch**, Tuesday, 3 July. Disponível em: <<http://undpwatch.blogspot.com.br/2012/07/money-can-buy-anything-bill-gates-buys.html>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
- MAYER, Jane. 2011. Taking It to the Streets. **The New Yorker**, 28 Nov. Disponível em: <<http://www.newyorker.com/magazine/2011/11/28/taking-it-to-the-streets>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
- MCKIBBEN, Bill. 2012. Global Warming's Terrifying New Math. **Rolling Stone**, 19 July. Disponível em: <<http://www.rollingstone.com/politics/news/global-warmings-terrifying-new-math-20120719>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
- OXFAM. 2014. Working for the Few: Political capture and economic inequality. **OXFAM Briefing Paper – Summary**, 20 Jan. Disponível em: <<http://www.oxfam.de/sites/www.oxfam.de/files/bp-working-for-few-political-capture-economic-inequality-20114-summen-oxfam.pdf>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
- MONBIOT, George. 2013. This transatlantic trade deal is a full-frontal assault on democracy. **The Guardian**, Monday, 4 Nov. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/nov/04/us-trade-deal-full-frontal-assault-on-democracy>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.

- REES, Martin. 2005. Is this our final century? **TED Global**. Jul. Disponível em: <http://www.ted.com/talks/martin_rees_asks_is_this_our_final_century>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
- SAUL, John Ralston. 2013. **Voltaire's Bastards: The Dictatorship of Reason in the West**. UK: Simon & Schuster. 20th Anniversary Re-issued in 2013.
- STATE of Power 2014: Exposing the Davos Class. 2014. **Roarmag.org**, Reflections on a Revolution, 25 Jan. Disponível em: <<http://roarmag.org/2014/01/tni-state-of-power-2014/>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
- THE CURRENT and future consequences of global change. 2014. Global climate change: Vital Signs of the Planet. **NASA**. Disponível em: <<http://climate.nasa.gov/effects/>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
- WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. 2009. **The Spirit Level: Why Greater Equality Makes Societies Stronger**. New York: Bloomsbury Press.
- _____. 2014. The Spirit Level authors: why society is more unequal than ever. **The Guardian**. The Observer, Sunday, 9 Mar. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/mar/09/society-unequal-the-spirit-level>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.

NOTAS

1. Ver: <<http://co2now.org/Current-CO2/C02-Now/global-carbon-emissions.html>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
2. Programado para ser utilizado significa que foi considerado economicamente por meio de títulos e preços de ações. Em outras palavras, algumas das maiores entidades econômicas do planeta já embolsaram o lucro o valor referente à queima dessas enormes reservas.
3. Ver: <http://www.nasa.gov/centers/langley/science/climate_assessment_2012.html>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
4. Ver: <<http://www.theguardian.com/books/2003/jun/14/featuresreviews.guardianreview10>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
5. Ver: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/mar/09/society-unequal-the-spirit-level>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
6. Ver, por exemplo, Tim Kasser (2002); também Tom Crompton (2010).
7. Ver: <<https://www.imf.org/external/np/exr/facts/imfwb.htm>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
8. Ver: <[http://www.irs.gov/uac/KPMG-to-Pay-\\$456-Million-for-Criminal-Violations](http://www.irs.gov/uac/KPMG-to-Pay-$456-Million-for-Criminal-Violations)>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
9. Estou usando a definição de corrupção que a ONU – e o próprio Pacto Global – usam: “O abuso do poder confiado para ganhos privados”. Ver: <<http://www.unglobalcompact.org/aboutthegc/thetenprinciples/principle10.html>>. Último acesso em: 12 ago. 2014. Ao agir para estabelecer abrigos fiscais ilegais, na minha opinião, a KPMG abusou claramente do poder que lhe foi confiado e o utilizou para ganho privado, ainda que nem sempre o seu próprio.
10. Ver: <http://www.unglobalcompact.org/docs/news_events/9.1_news_archives/2008_06_10/Background_Materials.pdf>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
11. Ver: <http://www.taxjustice.net/cms/upload/pdf/Price_of_Offshore_Revisited_120722.pdf>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
12. Ver: <<http://pypaik.wordpress.com/2009/11/02/the-ethics-of-scarcity-on-john-gray-and-j-g-ballard/>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.
13. Para uma ótima análise disso, assista ao documentário da BBC “O Século do Ego”, de Adam Curtis.
14. Ver: <<http://www.nielsen.com/us/en/insights/news/2013/global-ad-spend-grows-3.2-percent-in-2012.html>>. Último acesso em: 12 ago. 2014.

SUR 1, v. 1, n. 1, Jun. 2004

EMILIO GARCÍA MÉNDEZ

Origem, sentido e futuro dos direitos humanos: Reflexões para uma nova agenda

FLAVIA PIOVESAN

Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos

OSCAR VILHENA VIEIRA E A. SCOTT DUPREE

Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

O advento das ações movidas no Sul para reparação por abusos dos direitos humanos

VINODH JAICHAND

Estratégias de litígio de interesse público para o avanço dos direitos humanos em sistemas domésticos de direito

PAUL CHEVIGNY

A repressão nos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro

SERGIO VIEIRA DE MELLO

Apenas os Estados-membros podem fazer a ONU funcionar Cinco questões no campo dos direitos humanos

SUR 2, v. 2, n. 2, Jun. 2005

SALIL SHETTY

Declaração e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Oportunidades para os direitos humanos

FATEH AZZAM

Os direitos humanos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

RICHARD PIERRE CLAUDE

Direito à educação e educação para os direitos humanos

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES

O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas

E.S. NWAUCHE E J.C. NWOBIKE

Implementação do direito ao desenvolvimento

STEVEN FREELAND

Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: Enfrentando os crimes ambientais

FIONA MACAULAY

Parcerias entre Estado e sociedade civil para promover a segurança do cidadão no Brasil

EDWIN REKOSH

Quem define o interesse público?

VÍCTOR E. ABRAMOVICH

Linhas de trabalho em direitos econômicos, sociais e culturais: Instrumentos e aliados

SUR 3, v. 2, n. 3, Dez. 2005

CAROLINE DOMMEN

Comércio e direitos humanos: rumo à coerência

CARLOS M. CORREA

O Acordo TRIPS e o acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento

BERNARDO SORJ

Segurança, segurança humana e América Latina

ALBERTO BOVINO

A atividade probatória perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos

NICO HORN

Eddie Mabo e a Namíbia: Reforma agrária e direitos pré-coloniais à posse da terra

NLERUM S. OKOGBULE

O acesso à justiça e a proteção aos direitos humanos na Nigéria: Problemas e perspectivas

MARÍA JOSÉ GUEMBE

Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura militar argentina

JOSÉ RICARDO CUNHA

Direitos humanos e justiça: Pesquisa no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

LOUISE ARBOUR

Plano de ação apresentado pela Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos

SUR 4, v. 3, n. 4, Jun. 2006

FERNANDE RAINE

O desafio da mensuração nos direitos humanos

MARIO MELO

Últimos avanços na justiça dos direitos indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

ISABELA FIGUEROA

Povos indígenas versus petrolíferas: Controle constitucional na resistência

ROBERT ARCHER

Os pontos positivos de diferentes tradições: O que se pode ganhar e o que se pode perder combinando direitos e desenvolvimento?

J. PAUL MARTIN

Releitura do desenvolvimento e dos direitos: Lições da África

MICHELLE RATTON SANCHEZ

Breves considerações sobre os mecanismos de participação para ONGs na OMC

JUSTICE C. NWOBIKE

Empresas farmacêuticas e acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento: O caminho a seguir

CLÓVIS ROBERTO ZIMMERMANN

Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso da Bolsa Família do governo Lula no Brasil

CHRISTOF HEYNS, DAVID PADILLA E LEO ZWAAK

Comparação esquemática dos sistemas regionais e direitos humanos: Uma atualização

RESENHA

SUR 5, v. 3, n. 5, Dez. 2006

CARLOS VILLAN DURAN

Luzes e sombras do novo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

PAULINA VEGA GONZÁLEZ

O papel das vítimas nos procedimentos perante o Tribunal Penal Internacional: seus direitos e as primeiras decisões do Tribunal

OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA

O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano

LYDIAH KEMUNTO BOSIRE

Grandes promessas, pequenas realizações: justiça transicional na África Subsaariana

DEVIKA PRASAD

Fortalecendo o policiamento democrático e a responsabilização na Commonwealth do Pacífico

IGNACIO CANO

Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime

TOM FARER

Rumo a uma ordem legal internacional efetiva: da coexistência ao consenso?

RESENHA

SUR 6, v. 4, n. 6, Jun. 2007

UPENDRA BAXI

O Estado de Direito na Índia

OSCAR VILHENA VIEIRA

A desigualdade e a subversão do Estado de Direito

RODRIGO UPRIMNY YEPES

A judicialização da política na Colômbia: casos, potencialidades e riscos

LAURA C. PAUTASSI

Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas

GERT JONKER E RIKA SWANZEN

Serviços de intermediação para crianças-testemunhas que depõem em tribunais criminais da África do Sul

SERGIO BRANCO

A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação

THOMAS W. POGGE

Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um Dividendo dos Recursos Globais

SUR 7, v. 4, n. 7, Dez. 2007

LUCIA NADER

O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU

CECÍLIA MACDOWELL SANTOS

Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos

JUSTIÇA TRANSICIONAL

TARA URS

Vozes do Camboja: formas locais de responsabilização por atrocidades sistemáticas

CECILY ROSE E FRANCIS M. SSEKANDI

A procura da justiça transicional e os valores tradicionais africanos: um choque de civilizações – o caso de Uganda

RAMONA VIJEYARASA

Verdade e reconciliação para as “gerações roubadas”: revisitando a história da Austrália

ELIZABETH SALMÓN G.

O longo caminho da luta contra a pobreza e seu alentador encontro com os direitos humanos

ENTREVISTA COM JUAN MÉNDEZ

Por Glenda Mezarobba

SUR 8, v. 5, n. 8, Jun. 2008

MARTÍN ABREGÚ

Direitos humanos para todos: da luta contra o autoritarismo à construção de uma democracia inclusiva - um olhar a partir da Região Andina e do Cone Sul

AMITA DHANDA

Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências

LAURA DAVIS MATTAR

Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos

JAMES L. CAVALLARO E STEPHANIE ERIN BREWER

O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano

DIREITO À SAÚDE E ACESSO A MEDICAMENTOS

PAUL HUNT E RAJAT KHOSLA

Acesso a medicamentos como um direito humano

THOMAS POGGE

Medicamentos para o mundo: incentivando a inovação sem obstruir o acesso livre

JORGE CONTESSA E DOMINGO LOVERA PARMO

Acesso a tratamento médico para pessoas vivendo com HIV/AIDS: êxitos sem vitória no Chile

GABRIELA COSTA CHAVES, MARCELA FOGAÇA VIEIRA E RENATA REIS

Acesso a medicamentos e propriedade intelectual no Brasil: reflexões e estratégias da sociedade civil

SUR 9, v. 5, n. 9, Dez. 2008

BARBORA BUK OVSKÁ

Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

Prisões na África: uma avaliação da perspectiva dos direitos humanos

REBECCA SAUNDERS

Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul

SESSENTA ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições

FERNANDA DOZ COSTA

Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais

EITAN FELNER

Novos limites para a luta pelos direitos econômicos e sociais? Dados quantitativos como instrumento para a responsabilização por violações de direitos humanos

KATHERINE SHORT

Da Comissão ao Conselho: a Organização das Nações Unidas conseguiu ou não criar um organismo de direitos humanos confiável?

ANTHONY ROMERO

Entrevista com Anthony Romero, Diretor Executivo da *American Civil Liberties Union* (ACLU)

SUR 10, v. 6, n. 10, Jun. 2009

ANUJ BHUWANIA

“Crianças muito más”: “Tortura indiana” e o Relatório da Comissão sobre Tortura em Madras de 1855

DANIELA DE VITO, AISHA GILL E DAMIEN SHORT

A tipificação do estupro como genocídio

CHRISTIAN COURTIS

Anotações sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas por tribunais da América Latina

BENYAM D. MEZMUR

Adoção internacional como medida de último recurso na África: promover os direitos de uma criança ao invés do direito a uma criança

DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM MOVIMENTO: MIGRANTES E REFUGIADOS

KATHARINE DERDERIAN E LIESBETH SCHOCKAERT

Respostas aos fluxos migratórios mistos: Uma perspectiva humanitária

JUAN CARLOS MURILLO

Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional de refugiados

MANUELA TRINDADE VIANA

Cooperação internacional e deslocamento interno na Colômbia: Desafios à maior crise humanitária da América do Sul

JOSEPH AMON E KATHERINE TODRYS

Acesso de populações migrantes a tratamento antiretroviral no Sul Global

PABLO CERIANI CERNADAS

Controle migratório europeu em território africano: A omissão do caráter extraterritorial das obrigações de direitos humanos

SUR 11, v. 6, n. 11, Dez. 2009

VÍCTOR ABRAMOVICH

Das Violações em Massa aos Padrões Estruturais: Novos Enfoques e Clássicas Tensões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

VIVIANA BOHÓRQUEZ
MONSALVE E JAVIER AGUIRRE
ROMÁN

As Tensões da Dignidade Humana: Conceituação e Aplicação no Direito Internacional dos Direitos Humanos

DEBORA DINIZ, LÍVIA BARBOSA
E WEDERSON RUFINO DOS
SANTOS

Deficiência, Direitos Humanos
e Justiça

JULIETA LEMAITRE RIPOLL

O Amor em Tempos de Cólera:
Direitos LGBT na Colômbia

**DIREITOS ECONÔMICOS,
SOCIAIS E CULTURAIS**

MALCOLM LANGFORD

Judicialização dos Direitos
Econômicos, Sociais e Culturais
no Âmbito Nacional: Uma Análise
Socio-Jurídica

ANN BLYBERG

O Caso da Alocação Indevida:
Direitos Econômicos e Sociais e
Orçamento Público

ALDO CALIARI

Comércio, Investimento,
Financiamento e Direitos Humanos:
Avaliação e Estratégia

PATRICIA FEENEY

A Luta por Responsabilidade das
Empresas no Âmbito das Nações
Unidas e o Futuro da Agenda de
Advocacy

**COLÓQUIO INTERNACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS**

Entrevista com Rindai Chipfunde-
Vava, Diretora da Zimbabwe
Election Support Network (ZESN)

Relatório sobre o IX Colóquio
Internacional de Direitos Humanos

SUR 12, v. 7, n. 12, Jun. 2010

SALIL SHETTY

Prefácio

FERNANDO BASCH ET AL.

A Eficácia do Sistema
Interamericano de Proteção
de Direitos Humanos: Uma
Abordagem Quantitativa sobre
seu Funcionamento e sobre o
Cumprimento de suas Decisões

RICHARD BOURNE

Commonwealth of Nations:

Estratégias Intergovernamentais
e Não-governamentais para a
Proteção dos Direitos Humanos em
uma Instituição Pós-colonial

**OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
DO MILÊNIO**

ANISTIA INTERNACIONAL

Combatendo a Exclusão: Por que os
Direitos Humanos São Essenciais
para os ODMs

VICTORIA TAULI-CORPUZ

Reflexões sobre o Papel do Forum
Permanente sobre Questões
Indígenas das Nações Unidas
em relação aos Objetivos de
Desenvolvimento do Milênio

ALICIA ELY YAMIN

Rumo a uma Prestação de Contas
Transformadora: Uma Proposta
de Enfoque com base nos Direitos
Humanos para Dar Cumprimento às
Obrigações Relacionadas à Saúde
Materna

SARAH ZAIDI

Objetivo 6 do Desenvolvimento
do Milênio e o Direito à Saúde:
Contraditórios ou Complementares?

MARCOS A. ORELLANA

Mudança Climática e os Objetivos
de Desenvolvimento do Milênio:
O Direito ao Desenvolvimento,
Cooperação Internacional e o
Mecanismo de Desenvolvimento
Limp

**RESPONSABILIDADE DAS
EMPRESAS**

LINDIWE KNUTSON

O Direito das Vítimas do *apartheid*
a Requerer Indenizações de
Corporações Multinacionais é
Finalmente Reconhecido por
Tribunais dos EUA?

DAVID BILCHITZ

O Marco Ruggie: Uma Proposta
Adequada para as Obrigações de
Direitos Humanos das Empresas?

SUR 13, v. 7, n. 13, Dez. 2010

GLENDA MEZAROBBA

Entre Reparações, Meias Verdades
e Impunidade: O Difícil Rompimento
com o Legado da Ditadura no Brasil

GERARDO ARCE ARCE

Forças Armadas, Comissão da
Verdade e Justiça Transicional no
Peru

**MECANISMOS REGIONAIS DE
DIREITOS HUMANOS**

FELIPE GONZÁLEZ

As Medidas de Urgência no
Sistema Interamericano de Direitos
Humanos

JUAN CARLOS GUTIÉRREZ E
SILVANO CANTÚ

A Restrição à Jurisdição Militar
nos Sistemas Internacionais de
Proteção dos Direitos Humanos

DEBRA LONG E LUKAS MUNTINGH

O Relator Especial Sobre Prisões e
Condições de Detenção na África e o
Comitê para Prevenção da Tortura
na África: Potencial para Sinergia ou
Inércia?

LUCYLINE NKATHA MURUNGI E
JACQUI GALLINETTI

O Papel das Cortes Sub-Regionais
no Sistema Africano de Direitos
Humanos

MAGNUS KILLANDER

Interpretação dos Tratados
Regionais de Direitos Humanos

ANTONIO M. CISNEROS
DE ALENCAR

Cooperação entre Sistemas Global
e Interamericano de Direitos
Humanos no Âmbito do Mecanismo
de Revisão Periódica Universal

IN MEMORIAM

Kevin Boyle – Um Elo Forte na
Corrente Por Borislav Petranov

SUR 14, v. 8, n. 14, Jun. 2011

MAURÍCIO ALBARRACÍN
CABALLERO

Corte Constitucional e Movimentos
Sociais: O Reconhecimento Judicial
dos Direitos de Casais do Mesmo
Sexo na Colômbia

DANIEL VÁZQUEZ E DOMITILLE
DELAPLACE

Políticas Públicas na Perspectiva de
Direitos Humanos: Um Campo em
Construção

J. PAUL MARTIN

Educação em Direitos Humanos em
Comunidades em Recuperação Após
Grandes Crises Sociais: Lições para
o Haiti

**DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

LUIS FERNANDO ASTORGA
GATJENS

Análise do Artigo 33 da Convenção
da ONU: O Papel Crucial da Im-
plementação e do Monitoramento
Nacionais

LETÍCIA DE CAMPOS VELHO
MARTEL

Adaptação Razoável: O Novo
Conceito sob as Lentes de Uma
Gramática Constitucional Inclusiva

MARTA SCHAFF

Negociando Sexualidade na
Convenção de Direitos das Pessoas
com Deficiência

TOBIAS PIETER VAN REENEN E
HELÉNE COMBRINCK

A Convenção da ONU sobre
os Direitos das Pessoas com
Deficiência na África: Avanços 5
Anos Depois

STELLA C. REICHER

Diversidade Humana e Assimetrias:
Uma Releitura do Contrato Social
sob a Ótica das Capacidades

PETER LUCAS

A Porta Aberta: Cinco Filmes
que Marcaram e Fundaram as
Representações dos Direitos
Humanos para Pessoas com
Deficiência

LUIS GALLEGOS CHIRIBOGA

Entrevista com Luis Gallegos
Chiriboga, Presidente (2002-2005)
do Comitê *Ad Hoc* que Elaborou a
Convenção Sobre os Direitos das
Pessoas com Deficiência

SUR 15, v. 8, n. 15, Dez. 2011

ZIBA MIR-HOSSEINI

Criminalização da Sexualidade: Leis
de *Zina* como Violência Contra as
Mulheres em Contextos Muçulmanos

LEANDRO MARTINS ZANITELLI

Corporações e Direitos Humanos:
O Debate Entre Voluntaristas
e Obrigacionistas e o Efeito
Solapador das Sanções

ENTREVISTA COM DENISE DORA

Responsável pelo Programa de
Direitos Humanos da Fundação Ford
no Brasil entre 2000 e 2011

IMPLEMENTAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL DAS DECISÕES DOS SISTEMAS REGIONAIS E INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

MARIA ISSAEVA,
IRINA SERGEEVA E MARIA
SUCHKOVA

Execução das Decisões da Corte
Europeia de Direitos Humanos
na Rússia: Avanços Recentes e
Desafios Atuais

CÁSSIA MARIA ROSATO E
LUDMILA CERQUEIRA
CORREIA

Caso *Damião Ximenes Lopes*:
Mudanças e Desafios Após a
Primeira Condenação do Brasil pela
Corte Interamericana de Direitos
Humanos

DAMIÁN A. GONZÁLEZ-
SALZBERG

A Implementação das Sentenças da
Corte Interamericana de Direitos
Humanos na Argentina: Uma
Análise do Vaivém Jurisprudencial
da Corte Suprema de Justiça da
Nação

MARCIA NINA BERNARDES

Sistema Interamericano de Direitos
Humanos como Esfera Pública
Transnacional: Aspectos Jurídicos
e Políticos da Implementação de
Decisões Internacionais

CADERNO ESPECIAL: CONECTAS DIREITOS HUMANOS - 10 ANOS

A Construção de uma Organização
Internacional do/no Sul

SUR 16, v. 9, n. 16, Jun. 2012

PATRICIO GALELLA E CARLOS
ESPÓSITO

As *Entregas Extraordinárias*
na Luta Contra o Terrorismo.
Desaparecimentos Forçados?

BRIDGET CONLEY-ZILKIC

Desafios para Aqueles que
Trabalham na Área de Prevenção e
Resposta ao Genocídio

MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS

MACHADO, JOSÉ RODRIGO
RODRIGUEZ, FLAVIO MARQUES
PROL, GABRIELA JUSTINO
DA SILVA, MARINA ZANATA
GANZAROLI E RENATA DO VALE
ELIAS

Disputando a Aplicação das Leis: A
Constitucionalidade da Lei Maria da
Penha nos Tribunais Brasileiros

SIMON M. WELDEHAIMANOT

A CADHP no Caso *Southern
Cameroon*

ANDRÉ LUIZ SICILIANO

O Papel da Universalização dos
Direitos Humanos e da Migração
na Formação da Nova Governança
Global

SEGURANÇA CIDADÃ E DIREITOS HUMANOS

GINO COSTA

Segurança Pública e Crime
Organizado Transnacional nas
Américas: Situação e Desafios no
Âmbito Interamericano

MANUEL TUFRÓ

Participação Cidadã, Segurança
Democrática e Conflito entre
Culturas Políticas. Primeiras
Observações sobre uma Experiência
na Cidade Autônoma de Buenos
Aires

CELS

A Agenda Atual de Segurança e
Direitos Humanos na Argentina.
Uma Análise do *Centro de Estudios
Legais y Sociales* (CELS)

PEDRO ABRAMOVAY

A Política de Drogas e *A Marcha da
Insensatez*

VISÕES SOBRE AS UNIDADES DE

POLÍCIA PACIFICADORA (UPPS)
NO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Rafael Dias – Pesquisador, Justiça
Global
José Marcelo Zacchi – Pesquisador-
associado do Instituto de Estudos
do Trabalho e Sociedade – IETS

SUR 17, v. 9, n. 17, dez. 2012

DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS

CÉSAR RODRÍGUEZ GARAVITO,
JUANA KWEITEL E LAURA
TRAJBER WAISBICH

Desenvolvimento e Direitos
Humanos: Algumas Ideias para
Reiniciar o Debate

IRENE BIGLINO, CHRISTOPHE
GOLAY E IVONA TRUSCAN

A Contribuição dos Procedimentos
Especiais da ONU para o Diálogo
entre os Direitos Humanos e o
Desenvolvimento

LUIS CARLOS BUOB CONCHA

Direito à Água: Entendendo
seus Componentes Econômico,
Social e Cultural como Fatores de
Desenvolvimento para os Povos
Índigenas

ANDREA SCETTINI

Por um Novo Paradigma de
Proteção dos Direitos dos Povos
Índigenas: Uma Análise Crítica dos
Parâmetros Estabelecidos pela Corte
Interamericana de Direitos Humanos

SERGES ALAIN DJOYOU KAMGA
E SIYAMBONGA HELEBA

Crescimento Econômico pode
Traduzir-se em Acesso aos Direitos?
Desafios das Instituições da África
do Sul para que o Crescimento
Conduza a Melhores Padrões de
Vida

ENTREVISTA COM SHELDON
LEADER

Empresas Transnacionais
e Direitos Humanos

ALINE ALBUQUERQUE
E DABNEY EVANS

Direito à Saúde no Brasil: Um
Estudo sobre o Sistema de
Apresentação de Relatórios para
os Comitês de Monitoramento de
Tratados

LINDA DARKWA
E PHILIP ATTUQUAYEFIO

Matando Para Proteger? Guardas
da Terra, Subordinação do Estado e
Direitos Humanos em Gana

CRISTINA RÁDOI

A Resposta Ineficaz das
Organizações Internacionais em
Relação à Militarização da Vida das
Mulheres

CARLA DANTAS

Direito de Petição do Indivíduo no Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos

SUR 18, v. 10, n. 18, Jun. 2013

INFORMAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA

Aaron Swartz e as Batalhas pela Liberdade do Conhecimento

ALBERTO J. CERDA SILVA

Internet Freedom não é Suficiente: Para uma Internet Fundamentada nos Direitos Humanos

FERNANDA RIBEIRO ROSA

Inclusão Digital como Política Pública: Disputas no Campo dos Direitos Humanos

LAURA PAUTASSI

Monitoramento do Acesso à Informação a Partir dos Indicadores de Direitos Humanos

JO-MARIE BURT E CASEY CAGLEY

Acesso à Informação, Acesso à Justiça: Os Desafios da *Accountability* no Peru

MARISA VIEGAS E SILVA

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas: Seis Anos Depois

JÉRÉMIE GILBERT

Direito à Terra como Direito Humano: Argumentos em prol de um Direito Específico à Terra

PÉTALLA BRANDÃO TIMO

Desenvolvimento à Custa de Violações: Impacto de Megaprojetos nos Direitos Humanos no Brasil

DANIEL W. LIANG WANG E OCTAVIO LUIZ MOTTA FERRAZ

Atendendo os mais Necessitados? Acesso à Justiça e o Papel dos Defensores e Promotores Públicos no Litígio Sobre Direito à Saúde na Cidade de São Paulo

OBONYE JONAS

Direitos Humanos, Extradicação e Pena de Morte: Reflexões Sobre o Impasse Entre Botsuana e África Do Sul

ANTONIO MOREIRA MAUÉS

Supralegalidade dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Interpretação Constitucional

SUR 19, v. 10, n. 18, DEZ.. 2013

POLÍTICA EXTERNA E DIREITOS HUMANOS

DAVID PETRASEK

Novas potências, novas estratégias? Diplomacia em direitos humanos no século XXI

ADRIANA ERTHAL ABDENUR E DANILO MARCONDES DE SOUZA NETO

Cooperação brasileira para o desenvolvimento na África: Qual o papel da democracia e dos direitos humanos?

CARLOS CERDA DUEÑAS

Limites e avanços na incorporação de normas internacionais de direitos humanos no México a partir da reforma constitucional de 2011

ELISA MARA COIMBRA

Sistema Interamericano de Direitos Humanos: Desafios à implementação das decisões da Corte no Brasil

CONOR FOLEY

A evolução da legitimidade das intervenções humanitárias

DEISY VENTURA

Saúde pública e política externa brasileira

CAMILA LISSA ASANO

Política externa e direitos humanos em países emergentes: Reflexões a partir do trabalho de uma organização do Sul Global

ENTREVISTA COM MAJA DARUWALA (CHRI) E SUSAN WILDING (CIVICUS)

A política externa das democracias emergentes: Qual o lugar dos direitos humanos? Um olhar sobre a Índia e a África do Sul

DAVID KINLEY

Encontrando liberdade na China: Direitos humanos na economia política

LAURA BETANCUR RESTREPO

A promoção e a proteção dos direitos humanos por meio de clínicas jurídicas e sua relação com os movimentos sociais: Conquistas e desafios no caso da objeção de consciência ao serviço militar obrigatório na Colômbia

ALEXANDRA LOPES DA COSTA

Inquisição contemporânea: Uma história de perseguição criminal, exposição da intimidade e violação de direitos no Brasil

ANA CRISTINA GONZÁLEZ VÉLEZ E VIVIANA BOHÓRQUEZ MONSALVE

Estudo de caso da Colômbia: Normas sobre aborto para fazer avançar a agenda do Programa de Ação do Cairo